

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.427.719 - DF (2019/0006654-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **SANDRA RIBEIRO PERES**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ DE RIBAMAR BASTOS DA SILVA - MA000574**  
                  **JOSÉ CARLOS BASTOS SILVA - MA003843**  
**AGRAVADO** : **GUILHERME ESPERANTO PERES**  
**AGRAVADO** : **NELMA RIBEIRO PERES**  
**ADVOGADO** : **AILTON COELHO ALVES - DF005722**  
**ADVOGADA** : **IZABEL CRISTINA CARVALHO LACERDA TORREAO**  
                  **MARANHAO COSTA - DF014772**  
**INTERES.** : **LENA REIS BASTOS SILVA**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por SANDRA RIBEIRO PERES contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim ementado:

ARROLAMENTO. INVENTÁRIO. ACORDO. AUDIÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUCESSIVOS. PRECLUSÃO. IMÓVEL OBJETO DE LITÍGIO. SOBREPARTILHA.

1. Em face da preclusão consumativa, não pode a parte agravante querer interpor um único agravo para decidir todas as questões incidentes no processo.

2. O imóvel que é objeto de litígio em ação própria deve ser objeto de sobrepartilha, razão pela qual não se vislumbra prejuízo aos herdeiros.

3. Não há nulidade em acordo realizado em audiência, tendo em vista a observância dos princípios da boa -fé e cooperação que é insito às partes, mormente considerando-se que estão devidamente representadas por seus advogados.

4. Recurso conhecido e desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal; 13, 141, 489, §§ 1º, II, III, IV e V; 612, 639, 641 e 1.015, II, do CPC; 1.232, 1.260, 1.261, 1.992, 1.995, 2.002, 2.003, 2.017 e 2.020, do CC.

É o relatório. DECIDO.

2. De início, consigne-se que na via especial não cabe a análise de afronta a dispositivo constitucional, ainda que com intuito de prequestionamento. Nesse sentido os seguintes precedentes: EDcl no REsp 680.385/RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, DJ 20.03.2006, REsp 1043700/TO, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJe 05.09.2008; AgRg no REsp 977.900/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, , DJe 08.09.2008.

3. No mais, a alegação genérica de violação à lei federal, sem indicar de

forma precisa o artigo, parágrafo ou alínea, da legislação tida por violada, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado a lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei e, ainda, qual seria sua correta interpretação, ensejam deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Aplicação da Súmula n. 284/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTS. 1.022, I, E III, E 1.026, § 1º, DO CPC/2015. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. TUTELA DE URGÊNCIA. NATUREZA PRECÁRIA E PROVISÓRIA DO DECISUM QUE, EM REGRA, NÃO AUTORIZA A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO N. 735 DA SÚMULA DO STF. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO ANTE A PRESENÇA DE RISCO DE DANO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A recorrente não demonstrou de que modo os arts. 1.022, I, e III, e 1.026, § 1º, do CPC/2015 foram violados pelo acórdão recorrido, porquanto não indicados, na petição de recurso especial, os pontos do acórdão embargado tidos como omissos, obscuros ou contraditórios. Dessa forma, a fundamentação apresentada no recurso se mostra deficiente, dada a alegação genérica de afronta a dispositivo de lei federal, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.  
[...].

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1346554/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019)

AGRAVO INTERNO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CÁLCULOS ARITMÉTICOS. PERÍCIA ATUARIAL. DESNECESSIDADE. DISPOSITIVOS VIOLADOS. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULAS 283 E 284 DO STJ. REEXAME DAS PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ.

1. A alegação genérica de violação de lei federal, sem que o recorrente explicita em que consistiu a negativa da vigência da lei, enseja a negativa de seguimento do recurso especial (Súmulas 283 e 284 do STF).  
[...].

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 945.930/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 24/10/2018)

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

